

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Dezembro de 2010	1
Lei do Orçamento do Estado para 2011 – Algumas Notas	3
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – DEZEMBRO DE 2010

Banco de Portugal - Aviso n.º 5/2010, de 3 de Dezembro - Estabelece, de forma proporcional, os requisitos de informação para efeitos de comunicação de projectos de aquisição e de aumento de participação qualificada em instituições de crédito, sociedades financeiras e empresas de investimento sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e revoga o Aviso n.º 3/94.

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Decreto-Lei n.º 128/2010, de 3 de Dezembro - Actualiza o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2010, de 16 de Agosto.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações - Portaria n.º 1296-A/2010, de 20 de Dezembro - Segunda alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de Junho, que define o modo de utilização do dispositivo electrónico de matrícula para efeitos de cobrança electrónica de portagens.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1298/2010, 21 de Dezembro - Aprova as instruções de preenchimento da declaração modelo n.º 10 do IRS e do IRC. Recorda-se que a declaração modelo n.º 10, “Rendimentos e retenções”, destina-se a dar cumprimento à obrigação declarativa a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o artigo 128.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1303/2010, 22 de Dezembro - Aprova os modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS. De referir que nos termos do referido artigo, os sujeitos passivos devem apresentar anualmente uma declaração de modelo oficial relativa aos rendimentos do ano anterior, sendo que para o ano de 2011 mostrou-se necessário proceder à actualização do modelo da declaração e de alguns dos seus anexos, bem como as respectivas instruções de preenchimento, visando adaptá-lo às alterações legislativas ocorridas.

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 134/2010, de 27 de Dezembro - Altera o Código do IVA e o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, ao abrigo da autorização legislativa constante do artigo 129.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e transpõe o artigo 3.º da Directiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro, a Directiva n.º 2009/69/CE, do Conselho, de 25 de Junho, e a Directiva n.º 2009/162/UE, do Conselho, de 22 de Dezembro.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1315/2010, de 28 de Dezembro - Determina quais as actividades económicas que podem ser objecto das operações de microcrédito bem como os montantes máximos dos respectivos financiamentos.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro - Aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 140-A/2010, de 30 de Dezembro - Visa reforçar a solidez do sistema financeiro, transpondo as Directivas n.os 2009/111/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro, 2009/27/CE, da Comissão, de 7 de Abril, e 2009/83/CE, da Comissão, de 27 de Julho.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1315/2010, de 31 de Dezembro - Aprova as instruções de preenchimento da declaração modelo n.º 39, «Rendimentos e retenções a taxas liberatórias», aprovado pela Portaria n.º 454-A/2010, de 29 de Junho.

Assembleia da República - Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro - Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2011.

Ministério do Trabalho e da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro - Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para 2011. Assim o valor a que se refere o n.º 1 do artigo 273.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, foi fixado em 485 euros. O diploma prevê que a RMMG seja, posteriormente, sujeita a duas fases de avaliação, nos meses de Maio e de Setembro, com o objectivo de ser atingindo o montante de 500 euros após o segundo momento de avaliação.

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011 – ALGUMAS NOTAS

Na sequência da publicação da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro, que veio aprovar o Orçamento do Estado para 2011, apresentamos uma actualização do artigo apresentado na ORA Newsletter nº 46, destacando-se as divergências face ao texto inicial em termos das principais medidas de natureza fiscal e os artigos objecto de alterações.

Imposto Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

Dedução de prejuízos fiscais

A dedução dos prejuízos fiscais passa a depender de certificação legal das contas por Revisor Oficial de Contas, nos termos e condições a definir em portaria a publicar para o efeito. Contudo, a dependência só ocorre no terceiro ano e apenas quando a entidade haja deduzido consecutivamente prejuízos fiscais nos dois exercícios anteriores.

Créditos incobráveis

A regra referente aos créditos incobráveis, que podem ser directamente considerados como gastos ou perdas do período de tributação, é clarificada passando a abranger os créditos que se encontrem prescritos de acordo com o respectivo regime jurídico da prestação de serviços públicos essenciais.

Foi incluído, também, que o devedor de créditos, objecto de reconhecimento do gasto ou perdas para efeitos fiscais por parte do credor e que lhe tenham sido como tal comunicados, deve reconhecer aquele montante como proveito para efeitos de apuramento do lucro tributável.

Referência aos artigos alterados

Os artigos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas que sofreram alterações mediante a aprovação do Orçamento do Estado de 2011 são os seguintes: 14.º - “Outras isenções”; 36.º - “Perdas por imparidade em créditos”; 41.º - “Créditos incobráveis”; 45.º - “Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais”; 48.º - “Reinvestimento dos valores de realização”; 51.º - “Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos”; 52.º - “Dedução de prejuízos fiscais”; 53.º - “Determinação do rendimento global”; 76.º - “Regime aplicável aos sócios das sociedades fundidas ou cindidas”; 87.º - “Taxas”; 88.º - “Taxas de tributação autónoma”; 92.º - “Resultado da liquidação”; 94.º - “Retenção na fonte”; 95.º - “Retenção na fonte – Direito Comunitário”; 106.º - “Pagamento especial por conta”; e 123.º - “Obrigações contabilísticas das empresas”.

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Taxas

No que respeita às taxas de IVA, verificámos a não alteração da composição actual dos vários grupos de produtos, designadamente produtos alimentares e bebidas, a que se aplicam a taxa reduzida, a taxa intermédia e a taxa normal, constantes das listas I e II dos anexos do Código do IVA (CIVA), com excepção dos seguintes: (i) alterações às verbas 2.1, 2.11 e 2.15, e revogação das verbas 2.4 e 2.13 da lista I anexa ao CIVA; e (ii) revogação das verbas 2.1 e 2.2 da lista II anexa ao CIVA.

Referência aos artigos alterados

As alterações ocorreram nos artigos 18.º - “taxas do Imposto” e 49.º - “Apuramento da base tributável com imposto incluído”, ambas relacionadas com o aumento da taxa normal do IVA em dois pontos percentuais.

Imposto sobre Veículos

Admissão temporária de veículos

A admissão temporária de veículos, para uso profissional, em território nacional, passa a ser possível para todos os automóveis ligeiros matriculados em outros Estados membros da União Europeia, mediante emissão de guia de circulação pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, desde que verificado o cumprimento de determinadas condições.

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

Isenções

Mantém-se a isenção de IMT aplicável às aquisições de bens imóveis situados nas zonas economicamente mais desfavorecidas, efectuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, destinados ao exercício de actividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social.

Referência aos artigos alterados

O Código do IMT sofreu alterações nos seguintes artigos: 6.º - “Isenções”; 9.º - “Isenção pela aquisição de prédio destinado exclusivamente à habitação”; 10.º - “Reconhecimento das isenções”; 11.º - “Caducidade das isenções”; 17.º - “Taxas”; 35.º - “Caducidade do direito à liquidação”; 36.º - “Prazos para pagamento”; e 40.º - “Prescrição”.

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)

Divulgações da utilização dos benefícios fiscais

A Direcção-Geral dos Impostos passa a divulgar, até ao final do mês de Setembro de cada ano, os sujeitos passivos de IRC que utilizaram benefícios fiscais, individualizando o tipo e o montante do benefício utilizado.

Referência aos artigos alterados

Os artigos 19.º - “Criação de emprego”; 21.º - “Fundos de poupança-reforma e planos de poupança-reforma”; 27.º - “Mais-valias realizadas por não-residentes”; 32.º - “SGPS, SCR e ICR”; 44.º - “Isenções”; 48.º - “Prédios de reduzido valor patrimonial de sujeitos passivos de baixo rendimentos”; 49.º - “Fundos de investimento imobiliário, fundos de pensões e fundos de poupança-reforma; e 70.º - “Medidas de Apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias”.

São aditados ao Estatuto dos Benefícios Fiscais os artigos 15.º-A – “Divulgação da utilização de benefícios fiscais”, 73.º - “Equipamentos de energias renováveis” e 74.º - “Seguros de saúde”, e revogado o artigo 67.º - “Acções adquiridas no âmbito das privatizações”.

Incentivos Fiscais

Restituição do IVA a IPSS, organizações religiosas e outras entidades

Mantém-se a possibilidade de as igrejas e comunidades religiosas, os institutos de vida e outros institutos com natureza de associações ou fundações, por aquelas fundados ou reconhecidos, e ainda as federações e associações em que as mesmas se integrem, poderem solicitar a restituição do IVA suportado na aquisição de determinados bens e serviços.

Apesar da revogação verificada em relação à possibilidade de as IPSS e da Santa Casa da Misericórdia poderem solicitar a restituição de IVA, tal direito mantém-se para determinadas operações em curso a 31 de Dezembro de 2010 e ao abrigo de determinados programas de co-financiamento público.

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

Lei Geral Tributária (LGT)

Referência aos artigos alterados

Os artigos 18.º - “Sujeitos”; 23.º - “Responsabilidade tributária subsidiária; 30.º - “Objecto da relação jurídica tributária; 62.º - “Delegação de poderes; 63.º-A – “Informações relativas a operações financeiras”; e 63.º-B - “Acesso a informações e documentos bancários”; da lei geral tributária, mantêm a redacção preconizada na proposta de lei, designadamente em relação às questões relacionadas com a “Informação bancária”.

Nota:

Os aspectos anteriormente referidos são de natureza geral e meramente informativa sobre as implicações fiscais nas entidades, pelo que não substitui a consulta da respectiva Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro).

- Ivo Morais -

Bibliografia:

- Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011.
- Proposta de Lei n.º 426/2010 de 15 de Outubro – Orçamento do Estado para 2011.

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente a sua Newsletter nº 7/10 em que salientamos pelo seu interesse as seguintes informações:

- Projectos de normalização sobre microentidades e Entidades do sector não lucrativo** – Na sequência da aprovação, pela Assembleia da República, da Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro, que cria um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas aplicáveis às microentidades, a CNC foi incumbida pelo Governo de preparar um projecto para essas microentidades. Adicionalmente a CNC preparou também um projecto de normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo. Este projecto aplica-se às entidades cujo objecto estatutário não vise a obtenção de lucros e que não possam distribuir aos seus membros e contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro designadamente associações, pessoas colectivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações.

ORA newsletter

Nº 48 – JANEIRO/2011
(circulação limitada)

- ii) **Emendas à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das IFRS** - O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu recentemente duas emendas à IFRS 1. A primeira emenda substitui as referências a uma data fixa “1 de Janeiro de 2004” pela referência à “data de transição das IFRS” o que elimina a necessidade das empresas que adoptem as IFRS pela primeira vez de reexpressarem transacções que ocorreram antes da data de transição para as IFRS. A segunda emenda dá orientação sobre como uma entidade deve voltar a apresentar demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que a entidade foi incapaz de cumprir com as IFRS porque a sua moeda funcional foi sujeita a hiperinflação. As emendas à IFRS 1 são eficazes para períodos que se iniciem após 1 de Julho de 2011 (aplicação mais cedo é permitida).
- iii) **Emendas à IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento** - O IASB emitiu em Dezembro emendas à IAS 12 que resultam de propostas publicadas em Setembro último para comentário público. A IAS 12 exige que uma entidade mensure o imposto diferido relacionado com um activo dependendo do facto de a entidade esperar recuperar a quantia escriturada do activo através do uso ou da venda. Pode ser difícil e subjectivo avaliar se essa recuperação será feita através de uso ou venda quando o activo for mensurado utilizando o modelo de justo valor da IAS 40 - Propriedades de Investimento. A emenda dá uma solução prática para o problema ao introduzir a presunção de que a recuperação da quantia registada será feita, geralmente, através de venda. As emendas à IAS 12 são eficazes para períodos que se iniciem após 1 de Janeiro de 2012 (aplicação mais cedo é permitida).
- iv) **Adições à IFRS 9 para a Contabilização de Passivos Financeiros** - O IASB emitiu, no passado dia 28 de Outubro, novos requisitos para a contabilização de passivos financeiros. Estes requisitos irão ser adicionados à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e irão completar a fase de classificação e mensuração do projecto do IASB para substituir a IAS 39. As emendas à IFRS 9 são eficazes para períodos que se iniciem após 1 de Janeiro de 2013 (aplicação mais cedo é permitida).

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.